

Cuidados digitais e filantropia:

ACHADOS E RECOMENDAÇÕES BÁSICAS



SETEMBRO 2022

Ficha técnica

Pesquisa e Redação

Amarela e Foz

Revisão

Alexandre Silva

Design

Camila Moritugui

Produção Editorial

Rúbia Pella

Agradecimentos

Amy Schapiro Raikar

Artigo 19

Bruna Zanolli

Carolina Munis

Carla Jancz

Cassilda Teixeira

Cooperativa Eita!

Data Labe

Derechos Digitales

ELO Ligação e Organização

Escola de Ativismo

Fernanda Shirakawa

Ford Foundation

Fundo Brasil de Direitos Humanos

Fundo Casa Socioambiental

Graciela Selaimen

Gustavo Gus

Intervozes

Joana Varon

Lai Almeida

Luminate

Lucas Teixeira

MariaLab

Narrira Lemos

Fernanda Monteiro

Nbits

Operação Amazônia Nativa - Opan

Rede Transfeminista de Cuidados Digitais

Terra de Direitos

Violeta Assumpção

Licença

Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International Licence.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Apoio



Mozilla Foundation



Federação de Órgãos para
Assistência Social e Educacional

www.fase.org.br

Sumário

01

Um convite à cooperação
pág. 02

02

Sobre a pesquisa
pág. 06

03

**O que são
Cuidados Digitais?**
pág. 10

04

**O que são
Infraestruturas Digitais?**
pág. 12

05

**Organizações de
Direitos Humanos e
os Cuidados Digitais**
pág. 14

06

**A comunidade
de Cuidados Digitais**
pág. 20

07

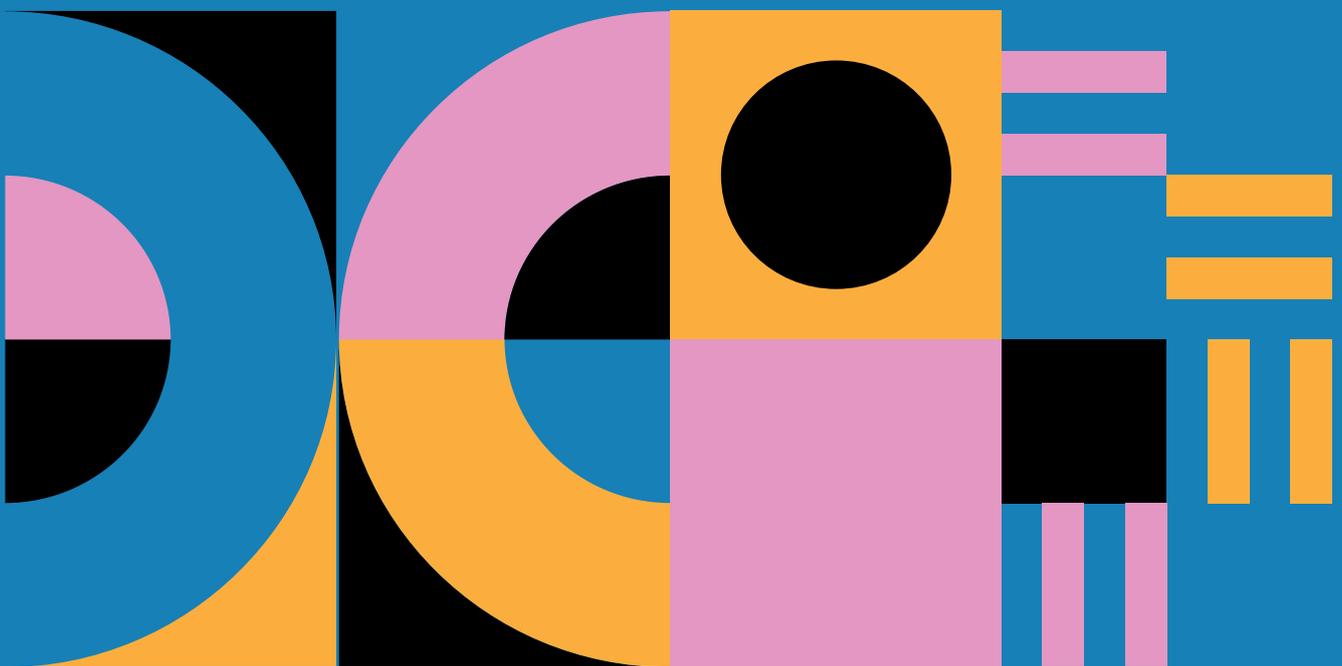
**O campo
de desenvolvimento
de Infraestruturas Digitais**
pág. 26

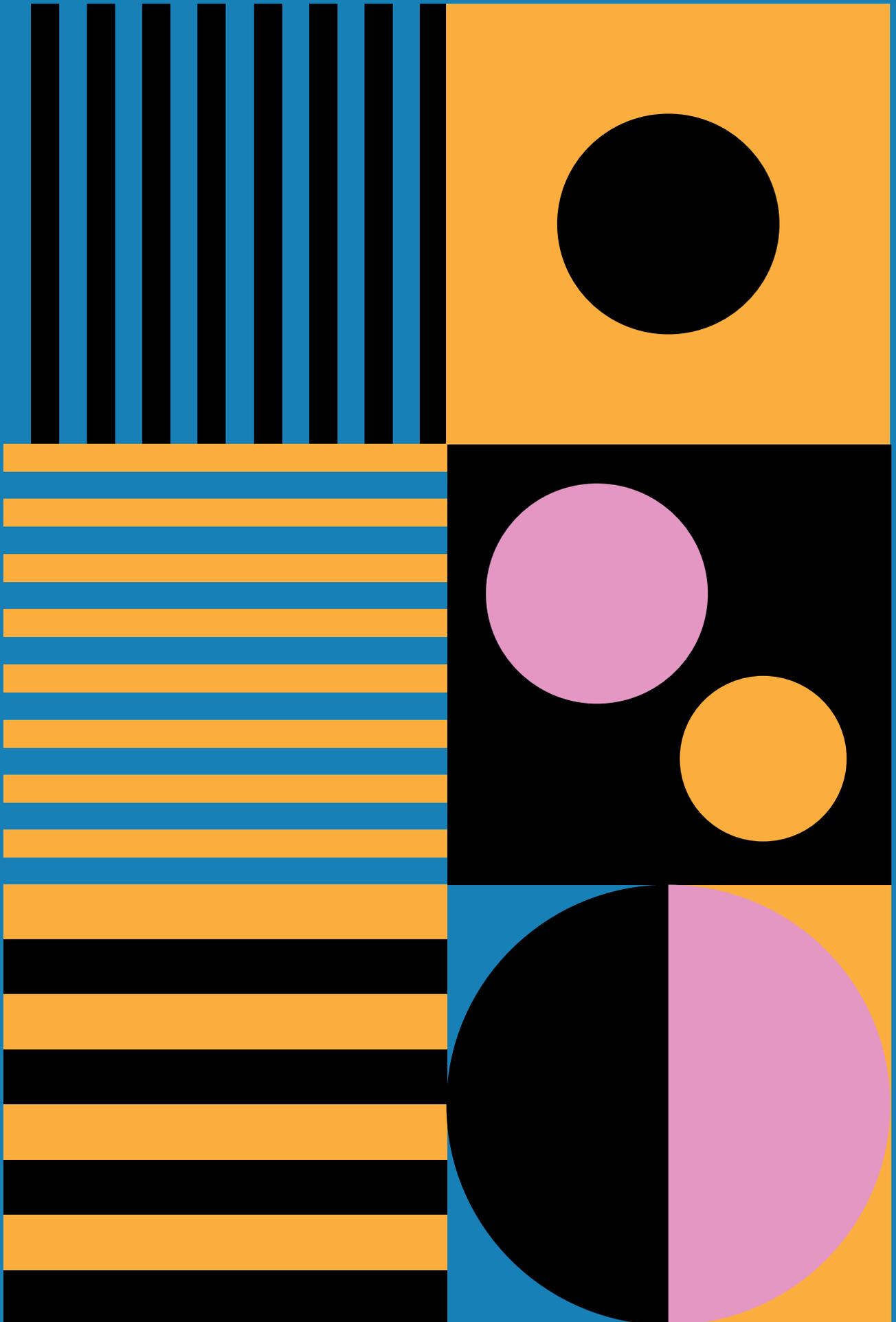
08

**Recomendações básicas
para Filantropia**
pág. 32

01

Um convite à cooperação





A busca pelo bem-estar, suas práticas e seus sentidos coletivos é algo permanente e uma condição da existência humana. É algo que está presente em diferentes áreas da vida, e que exige cuidados constantes. No universo digital, se sentir bem, em segurança e com prontidão cidadã requer acertar o passo e ajustar desejos, necessidades e possibilidades. Essas são algumas das trilhas básicas que caminhantes da democracia, do bem comum, dos Direitos Humanos, da filantropia e da cooperação percorrem mundo afora e internet adentro. Nós estamos nessa rota e fazemos um convite à cooperação.

Aqui temos uma pesquisa sobre o ecossistema dos cuidados digitais que é, em si, uma partilha de inquietações. As preocupações sobre esse universo compõem o panorama dos grandes problemas globais, e atravessam questões como a Pandemia, o racismo, o machismo, as desigualdades sociais, e etc. Nesse sentido, assegurar direitos relacionados ao digital deve estar em primeiro plano, como prática e como condição de bem-estar e de resiliência. Essas são exigências postas para governos e corporações, para corpos e territórios.

Nesta pesquisa, captamos frações de aprendizagens coletivas, apresentadas como pequenos e potentes universos de “achados”. Adentrar por este terreno de conhecimento tão qualificado nos colocou diante da necessidade de sensibilizar sujeitos coletivos e instituições afins para a temática, e de dizer que o ecossistema de cuidados digitais pede socorro e atenção urgentes. Isso porque a vida das pessoas e as dinâmicas sociais coletivas tem, cada vez mais, pulsado por meios digitais e sido determinadas por lógicas largamente desconhecidas. Tais lógicas, produzidas por empresas e governos, não só regulam nossas rotinas, quanto planejam nosso amanhã quase sempre sem nós!



Nesse sentido, é preciso arrastar para o centro de nossas reflexões e ações o caráter político das práticas de cuidados digitais, e inscrevê-las sob o conceito de “direitos digitais”. É a partir desse ponto que as Organizações da Sociedade Civil, seus facilitadores e facilitadoras, suas parcerias e apoiadores, aqui e alhures, estão atuantes, ativas e comprometidas em traduzir e transformar em aprendizagens cívicas e pautas públicas o direito humano a ter direitos digitais. A luta é construir as condições e as garantias do acesso a esses direitos, até aqui uma miragem!

Este relatório é um convite. Convidamos instituições filantrópicas e o ecossistema de cuidados digitais a refletir sobre alternativas, saídas, e caminhos de cooperação que possam orientar e fortalecer as práticas de cuidado no universo dos Direitos Humanos. Será tanto uma luz lançada sobre o campo dos Direitos Humanos na relação com cuidados digitais, como também uma oportunidade de alavancar agendas públicas em favor dos direitos digitais de forma geral.

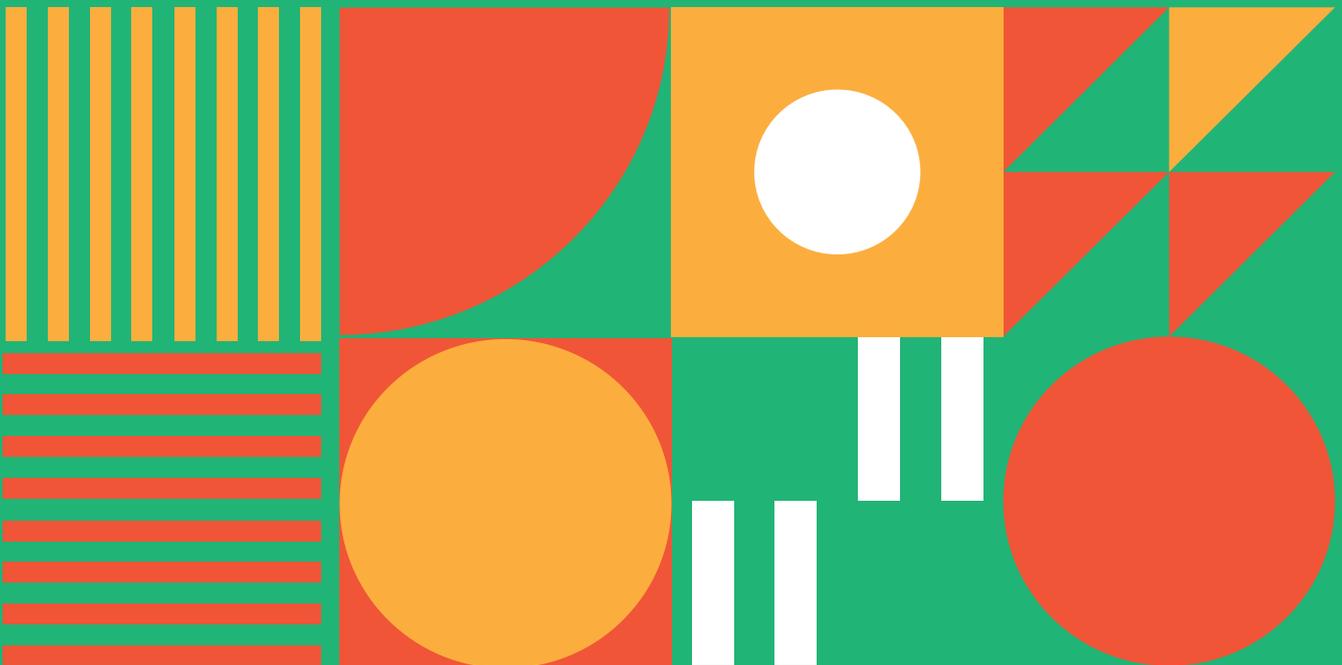
Organizações como a FASE estão aprendendo e compartilhando aprendizagens nessa área, de modo a instituir políticas e estratégias de cuidados digitais. E, desde aqui, agradecemos a parcerias especiais com profissionais e instituições comprometidos com os direitos humanos, a exemplo da Fundação Mozilla, Fundação Ford e tantas outras organizações da cooperação internacional que nos apoiam na defesa de todas as formas de cuidado por muitos caminhos que nos levam aos direitos humanos e à solidariedade.

Evanildo Barbosa da Silva
Diretor da FASE



02

Sobre a pesquisa





A temática dos cuidados digitais está cada vez mais presente entre organizações e movimentos da sociedade civil brasileira. Nesse cenário, quais são as barreiras e quais os caminhos possíveis de serem trilhados no sentido da incorporação de práticas de cuidados digitais no cotidiano desses grupos? Quais campos e agentes se fazem presentes nesse processo? Qual o papel da filantropia diante desse contexto?

São estas inquietações que se apresentam quando nos lançamos a refletir sobre o ecossistema dos cuidados digitais hoje no Brasil. E foi puxando o fio dessas questões que esta pesquisa foi desenvolvida, no esforço de tatear e dar contornos preliminares aos desafios postos, e de imaginar caminhos possíveis.

Esta pesquisa é inicialmente destinada (e traz recomendações específicas) a organizações filantrópicas atuantes no Brasil, entendendo que ocupam um lugar importante para o impulsionamento dos debates e possuem recursos estratégicos para a consolidação de uma cultura de cuidados digitais no campo dos Direitos Humanos. Os achados apresentados aqui podem ser úteis para pensar e repensar as dinâmicas existentes na encruzilhada entre as tecnologias e as lutas por justiça social. Nesse sentido, esta pesquisa é também destinada a todas as pessoas que se interessam ou que compõem esse ecossistema.

Esta pesquisa foi realizada como parte de um programa de *fellowships* desenvolvido pela Fundação Mozilla, apoiado pela Fundação Ford, chamado “**Tech and Society Fellowship**”¹: um projeto de 24 meses que visa construir parcerias entre estrategistas sênior do campo de tecnologia e sociedade e organizações da sociedade civil, no contexto do Sul Global. Além do suporte das fundações, esta pesquisa também contou com o apoio da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, como organização anfitriã.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa consideramos quatro diferentes segmentos de atuação: a comunidade de cuidados digitais; o campo de infraestruturas digitais; as organizações de Direitos Humanos; e as organizações filantrópicas - entendendo que são esses os segmentos que compõem hoje o ecossistema de cuidados digitais no Brasil.

Com base nisso, entre abril e julho de 2022, foram realizadas entrevistas com organizações, profissionais e ativistas de cada um desses campos, a partir de roteiros específicos, com aproximadamente 1h30 de duração. Além disso, foram disponibilizados quatro diferentes questionários *online* para aquelas pessoas que não puderam participar das en-

trevistas. Ao todo, foram realizadas 23 entrevistas, sendo seis com fundos e fundações filantrópicas; seis com organizações de Direitos Humanos; seis com profissionais e ativistas da comunidade de cuidados digitais; e cinco com profissionais, ativistas e organizações que disponibilizam serviços de infraestrutura digital segura. Ainda foram coletadas 22 respostas através dos questionários *online*. Assim, foi possível observar a relação entre esses diferentes agentes, e identificar contextos, desafios, necessidades e oportunidades presentes no ecossistema.

Como parte da metodologia de pesquisa, também foi organizada uma sessão no festival *RightsCon 2022*, onde foi possível coletar impressões e sugestões de um público diverso, nacional e internacional, que atua com tecnologia e Direitos Humanos.

Paralelamente, foram mapeados e analisados estudos e documentos que possibilitaram compreender as relações entre tecnologia e justiça social no contexto global. Entre esses estudos, vale citar os seguintes:

“How to Fund Tech”², Ariadne Network (2022).

“Building Blocks for Funding Digital Infrastructure: A set of actionable tools and contextual resources”³, Simply Secure (2022).

“Roadwork ahead: Evaluating the needs of FOSS communities working on digital infrastructure in the public interest”⁴, Implicit Development Environments – IDE (2020).

“Organisational Security Community: Challenges and opportunities for community strengthening”⁵, The Engine Room (2020).

“Forging Careers in Human Rights Information Security Today”⁶, Aspiration (2019).

“Digital Security & Grantcraft Guide: An introductory guide for funders”⁷, Netgain Partnership (2017).

1 <https://foundation.mozilla.org/pt-BR/blog/introducing-our-10-newest-mozilla-fellows/>

2 https://www.ariadne-network.eu/wp-content/uploads/2022/04/Ariadne-how-to-fund-tech_guide.pdf

3 <https://buildingblocks.simplysecure.org/>

4 <https://recommendations.implicit-development.org/>

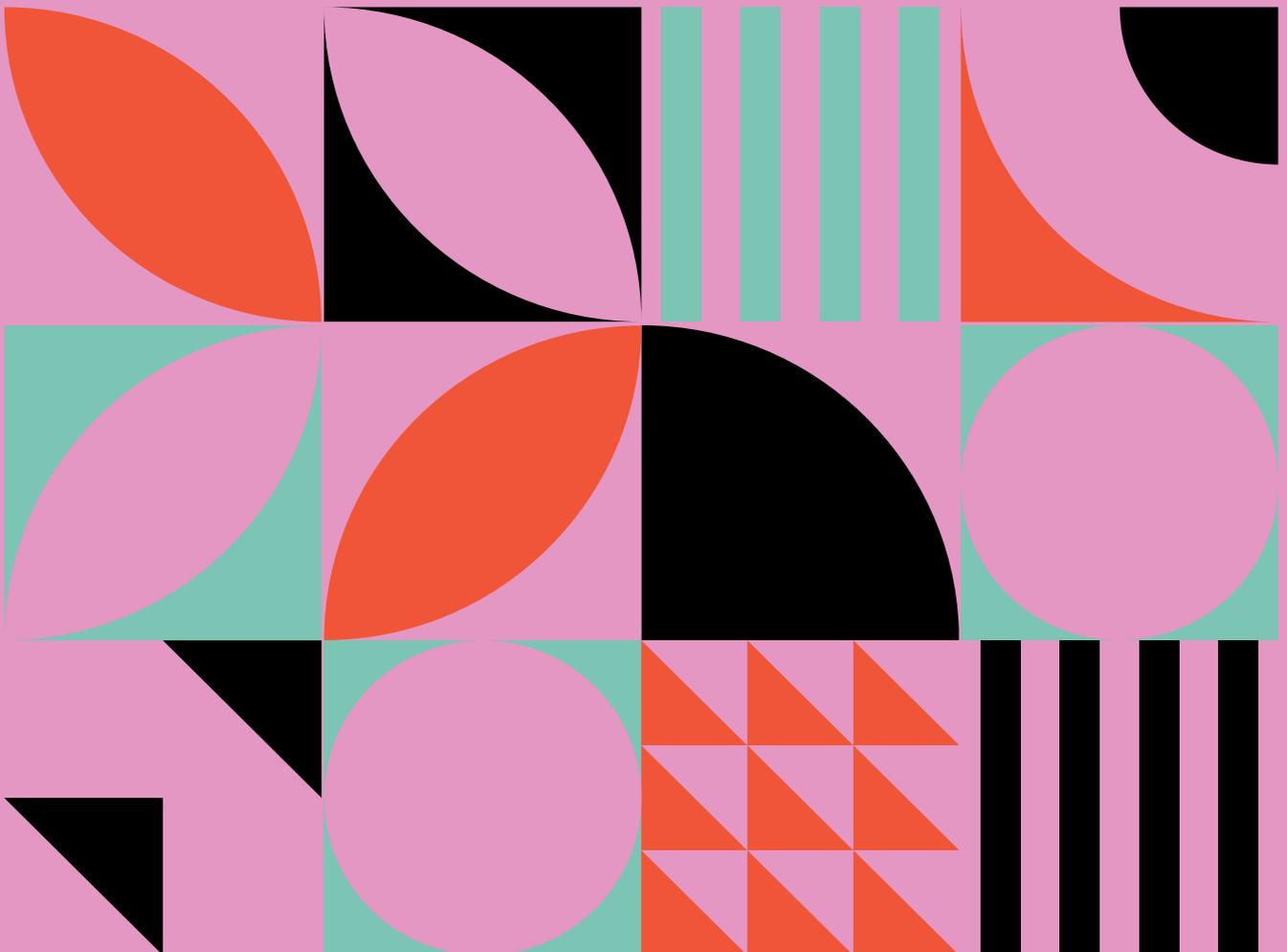
5 <https://www.theengineroom.org/wp-content/uploads/2020/08/Organisational-Security-Community-Challenges-and-Opportunities-for-Community-Strengthening.pdf>

6 <https://aspirationtech.org/files/AspirationHRTechPractitionerSustainabilityReport.pdf>

7 <https://www.fordfoundation.org/media/3334/digital-security-grantcraft-guide-v10-final-22317.pdf>

03

O que são Cuidados Digitais?



Cuidados digitais são uma forma de abordar a segurança digital a partir da perspectiva do cuidado cotidiano. Uma vez que o *online* e *offline* são indissociáveis, e que as tecnologias digitais fazem parte do nosso dia a dia, o que afeta nossos dados impacta também nossos corpos. Assim, na perspectiva dos cuidados digitais, cuidar dos nossos dados é também cuidar do nosso corpo, e esse cuidado precisa ser feito cotidianamente, como um hábito, uma cultura, uma política.

Inscrever a segurança digital no registro dos cuidados traz uma mudança de linguagem e de práticas. O campo da segurança digital se estabeleceu a partir de narrativas e metodologias militarizadas e que são historicamente desenvolvidas, mesmo no campo ativista, por homens brancos do Norte global. Tais narrativas e práticas alimentam (ou produzem), como consequência (ou estratégia), o medo: esse sentimento que, ironicamente, é o principal afeto da indústria de vigilância e dos regimes autoritários.

Já a perspectiva dos cuidados digitais pretende acolher o medo, não alimentá-lo. Ela parte de pedagogias feministas e antirracistas, e trabalha com uma noção expandida de tecnologia: mescla tecnologias tradicionais (e ancestrais) e tecnologias ocidentais/digitais. Metodologicamente, o trabalho com cuidados digitais se dá tendo o afeto como fio condutor da aprendizagem, apostando nele como uma via potente para estruturar trocas e proporcionar transformações. Além disso, nos cuidados digitais, o trabalho com segurança é feito a partir de uma perspectiva integral, entendendo que as diferentes esferas do campo da segurança (como segurança física, digital, psicossocial e etc.) estão intimamente ligadas e precisam caminhar juntas. No entanto, isso não quer dizer que ativistas e profissionais de cuidados digitais tenham habilidades nessas diferentes esferas.

No campo dos Direitos Humanos, essa é uma abordagem emergente, e uma estratégia que tem sido usada tanto nacional quanto internacionalmente para aproximar as práticas de proteção digital e bem estar, de organizações, movimentos e defensoras e defensores de Direitos Humanos. Ou, mais do que isso, é uma estratégia que busca transformar a maneira como esses grupos se relacionam com as tecnologias e aproximá-los da discussão sobre como as tecnologias devem afetar a sociedade. Vale mencionar que em outros lugares do mundo essa abordagem pode aparecer com outros nomes, como “segurança holística” ou “*digital safety*” (em contraposição a “*digital security*”), uma vez que “cuidados digitais” é uma expressão cunhada no contexto brasileiro.

No Brasil, essa abordagem vem ganhando espaço entre as pessoas que trabalham na intersecção entre segurança digital e Direitos Humanos. E, ao mesmo tempo que tem sido compartilhada pela comunidade, ela também vem dando forma e configurando essa comunidade. Daí utilizarmos nesta pesquisa as expressões “cuidados digitais” e “comunidade de cuidados digitais”: para marcar que se trata de profissionais e ativistas que atuam no contexto de Direitos Humanos e que partem de uma perspectiva específica.

04

O que são Infraestruturas Digitais?



As infraestruturas digitais são uma série de recursos tecnológicos, políticos, administrativos e logísticos que constituem as bases organizacionais da vida coletiva contemporânea. Tecnicamente, essas infraestruturas nos permitem operar tecnologias como a Internet e redes telefônicas, bancos de dados, serviços em nuvem, plataformas e etc. Assim como as infraestruturas de transporte, saneamento e energia, as infraestruturas digitais são essenciais para a realização de tarefas diárias e para a organização social e o bem-estar das pessoas.

A construção e gestão de infraestruturas digitais ultrapassam a questão puramente técnica. As tecnologias e suas infraestruturas são políticas e impactam vidas, subjetividades e Direitos Humanos. A infraestrutura global de cabos submarinos, por exemplo, é dominada por empresas privadas que determinam as rotas e a qualidade das conexões geográficas com base em seus próprios interesses, muitas vezes distantes da noção de bem comum. Quando se trata de infraestruturas digitais voltadas ao trabalho online, a situação não é diferente. Apesar de serem serviços essenciais, principalmente durante a pandemia de Covid-19, grande parte da infraestrutura está vinculada a empresas como Google, Facebook e Amazon, que constroem seus serviços sob a ótica do lucro, da vigilância e do capitalismo de dados.

Nesta pesquisa, quando falamos de infraestruturas digitais, estamos nos referindo especificamente a infraestruturas que possibilitam e estruturam o trabalho online, como serviços de e-mail, armazenamento de dados, edição colaborativa, videoconferência, aplicativos de mensagens, etc. Além disso, se trata também de infraestruturas digitais voltadas especificamente para o contexto de Direitos Humanos, ou seja, infraestruturas baseadas em software livre e construídas ou configuradas a partir da perspectiva da segurança digital.

05

Organizações de Direitos Humanos e os Cuidados Digitais





Principais achados

-  Organizações de Direitos Humanos no Brasil reconhecem, cada vez mais, a importância dos cuidados digitais, no entanto, a maioria não consegue priorizar a implementação de políticas institucionais por falta de tempo diante da sobrecarga de funções e atividades.
-  Tratar os cuidados digitais a partir de uma perspectiva coletiva e comunitária é uma estratégia que garante maior comprometimento das pessoas com as práticas de cuidados digitais.
-  Quando lideranças e a própria direção das organizações embarcam no processo, aumentam as chances dos cuidados digitais virarem prioridade.
-  As práticas de cuidados digitais precisam ser pensadas como processos contínuos, integradas ao financiamento, à estrutura organizacional e ao dia a dia de trabalho das organizações de Direitos Humanos. É uma mudança de cultura que requer tempo, engajamento, vontade institucional e recursos financeiros sustentáveis.
-  Iniciativas propostas por Fundos e Fundações às organizações apoiadas, como oficinas básicas de cuidados digitais, por exemplo, têm tido grande adesão e reverberado positivamente dentro das organizações.
-  Oficinas pontuais de cuidados digitais são importantes para sensibilização, mas são os processos mais longos de acompanhamento organizacional que têm sido mais bem sucedidos na construção de uma cultura institucional e sustentável de cuidados digitais.
-  Consultorias externas e de longo prazo de cuidados digitais são importantes para garantir que organizações ingressem em um processo de construção de uma nova cultura institucional. E a estruturação de uma equipe interna dedicada às questões de tecnologia e segurança pode contribuir diretamente para a consolidação e a sustentabilidade dessa cultura institucional de cuidados digitais.
-  Cuidados digitais são indissociáveis de outros campos da segurança, como segurança física, psicossocial, jurídica, patrimonial, etc; e devem ser trabalhadas junto com eles no contexto dos Direitos Humanos.
-  Organizações de Direitos Humanos aderem facilmente às infraestruturas digitais oferecidas por grandes empresas (Google e Microsoft, por exemplo) e têm muita dificuldade em acessar, implementar e manter infraestruturas digitais autônomas, privadas e seguras.
-  Os processos de consolidação da cultura de cuidados digitais impactam não só a segurança e proteção das organizações, mas afetam também a maneira como lidam com bem estar, organização do trabalho, aceleração e gerenciamento do tempo e a saúde das equipes.

A conscientização da importância dos cuidados digitais entre as organizações de Direitos Humanos no Brasil é crescente, e cada vez mais essas organizações vêm buscando apoio especializado para lidar com a questão. Por um lado, houve um aumento dos riscos e ameaças diante do contexto político e social do país – e da intensa digitalização do ambiente de trabalho -, por outro lado, um processo de sensibilização desempenhado por profissionais e ativistas de cuidados digitais que promoveu uma presença maior do tema nos espaços de articulação dessas organizações.

Apesar dessa crescente conscientização, grande parte das organizações de Direitos Humanos têm dificuldade de priorizar os cuidados digitais e não conseguem incorporar suas práticas no cotidiano. De acordo com as entidades e profissionais ouvidos nesta pesquisa, a principal barreira é a falta de tempo devido à sobrecarga de funções e atividades. Os cuidados digitais são encarados pelas organizações como mais uma pauta a ser tratada e passa a concorrer com diversas outras demandas internas e desafios organizacionais. Além disso, a falta de tempo faz com que o uso de novas ferramentas ou a mudança de hábitos se torne custoso, “atrasando” o ritmo de trabalho. Isso causa frustração e, conseqüentemente, o abandono das práticas de cuidados digitais, especialmente em um cenário de baixo letramento digital e diante de uma realidade em que grande parte dessas ferramentas carecem de boa usabilidade e tradução localizada.

Estratégias que engajam a equipe e possibilitam a colaboração e a criação de acordos coletivos têm mais possibilidade de gerar pertencimento ao processo e um entendimento mais sólido dos motivos para implementação de ações de cuidados digitais, o que faz com que as pessoas se sintam mais implicadas. Lidar com os cuidados digitais como uma questão coletiva e comunitária, compartilhando responsabilidades, também ajuda a alcançar um maior comprometimento das pessoas em relação a práticas de cuidados digitais, visando a proteção e o bem-estar de suas equipes, organizações e do campo no qual atuam. É importante sublinhar que, em organizações hierarquizadas, é comum que as mudanças só aconteçam quando a liderança ou a direção está, de fato, convencida da necessidade e disposta a encampar os processos. Ou seja, quando a direção embarca no processo, aumentam as chances dos cuidados digitais virarem uma prioridade.

É preciso encarar os cuidados digitais não como uma dieta a ser seguida em determinados momentos da vida, mas como uma espécie de reeducação alimentar. Ainda que haja momentos específicos em que se faz necessário aumentar os padrões e lançar mão de protocolos mais rígidos (em situações de alto risco ou em incidentes de segurança), os cuidados digitais precisam ser pensados como processos contínuos, integrados na estrutura e no dia a dia das organizações de Direitos Humanos. Essa é uma perspectiva que pode orientar tanto os processos internos de organizações e movimentos, quanto a maneira como fundos e fundações filantrópicas podem apoiá-los.



De acordo com as organizações de DH ouvidas nesta pesquisa, ainda que os processos de construção de uma cultura de cuidados digitais possam ser difíceis, à medida que as equipes vão incorporando as ferramentas e estratégias, passam a se sentir mais tranquilas, seguras e confiantes para realizarem suas atividades. Além disso, esses processos também têm a capacidade de afetar as organizações para além da segurança e da proteção, uma vez que, ao instituírem espaços de diálogo sobre os efeitos das tecnologias no dia a dia de trabalho, impactam a maneira como as organizações pensam e se posicionam sobre assuntos como bem estar, organização do trabalho, aceleração e gerenciamento do tempo, e a saúde das equipes.

Uma das organizações ouvidas também indicou que, com o processo de cuidados digitais, as equipes se sentiram mais capacitadas para lidarem com casos de violação de Direitos Humanos e orientar defensoras(es). E, conforme a pauta se estabeleceu na rotina de trabalho, a organização também passou a debater outras frentes de atuação ligadas às tecnologias e à ciência de dados.

Qual é o papel da filantropia?

Durante esta pesquisa, diversas organizações citaram a realização de oficinas introdutórias propostas e organizadas pela filantropia como papel fundamental no desencadeamento de processos e debates internos sobre cuidados digitais. De fato, a atuação de fundos e fundações filantrópicas pode ser decisiva para fazer avançar uma cultura de cuidados digitais no ecossistema dos Direitos Humanos no Brasil.

No entanto, ainda que oficinas básicas e pontuais sejam importantes para sensibilização, são os processos mais longos de acompanhamento organizacional que têm sido mais bem sucedidos na construção de políticas e acordos coletivos. As organizações precisam de apoio financeiro de longo prazo (e desburocratizado) que possibilitem que criem seus próprios caminhos para dar início e sustentar os processos e mudanças internas. Também necessitam de apoio técnico contínuo, seja através de consultoras(es) de cuidados digitais, que possam iniciar o processo, criar relações de confiança, construir análises de risco e propor mecanismos para a construção coletiva de acordos; ou da estruturação de uma equipe interna dedicada às questões tecnopolíticas e de segurança, que, de forma integrada com a organização, possa contribuir diretamente para a consolidação e a sustentabilidade de uma cultura de cuidados digitais institucional e autônoma (ainda que com forte caráter comunitário).

Em relação à atuação de fundos e fundações filantrópicas nesse contexto, pensar os cuidados digitais (e segurança integral!) como fortalecimento institucional e comunitário

(pensando no ecossistema de organizações) e incluir debates sobre o tema no processo de construção dos apoios⁸ é uma estratégia que pode, de fato, impactar as organizações e movimentá-las em direção às práticas de segurança e bem-estar. Construir mecanismos para avaliar o nível de segurança digital estabelecido em organizações já apoiadas - ou em vias de serem apoiadas - pode ser um caminho para incentivá-las a melhorarem suas práticas. Nesse processo, é importante também que fundos e fundações possam construir pontes entre as organizações de Direitos Humanos e profissionais e ativistas do campo da segurança.

Abordagem integral

Os cuidados digitais são indissociáveis de outros campos da segurança, como segurança física, psicossocial, jurídica, patrimonial, etc. O offline e o online impactam igualmente a vida das pessoas e, em muitos casos, incidentes online extrapolam o meio digital e podem se configurar como uma ameaça à integridade física. Daí a importância de uma abordagem integral em relação à segurança. Além disso, ativistas e profissionais de cuidados digitais que atuam no contexto brasileiro raramente possuem habilidades de segurança física, e precisam trabalhar em parceria com outros profissionais para apoiar organizações de Direitos Humanos.

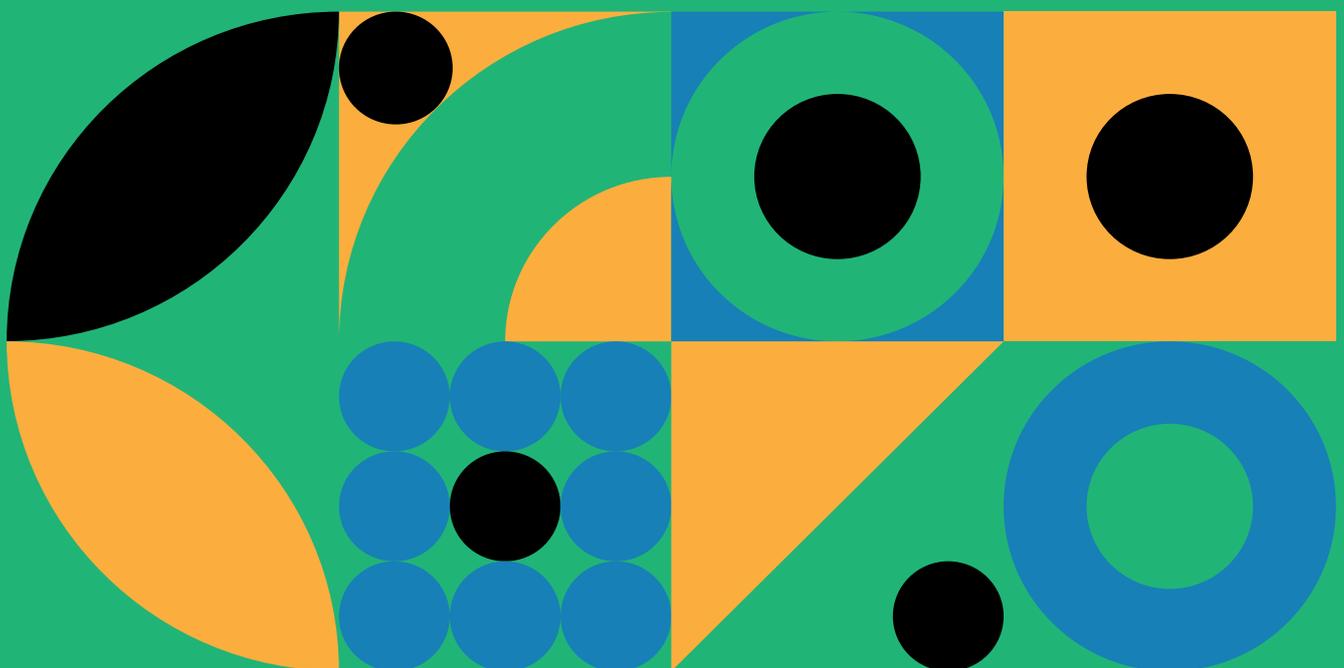
Outra questão relevante é a importância das infraestruturas digitais. Organizações de Direitos Humanos têm aderido automaticamente à infraestrutura digital de grandes empresas (Google e Microsoft, por exemplo) e, muitas vezes, não entendem a necessidade e os benefícios de utilizar infraestruturas próprias, mais seguras e baseadas em software livre. As poucas organizações sensíveis a essa questão hoje encontram dificuldade em acessar, implementar e manter essas infraestruturas, seja por falta de apoio técnico ou pela escassez de recursos. Esse tem sido um grande gargalo para a implementação de práticas mais seguras dentro das organizações.

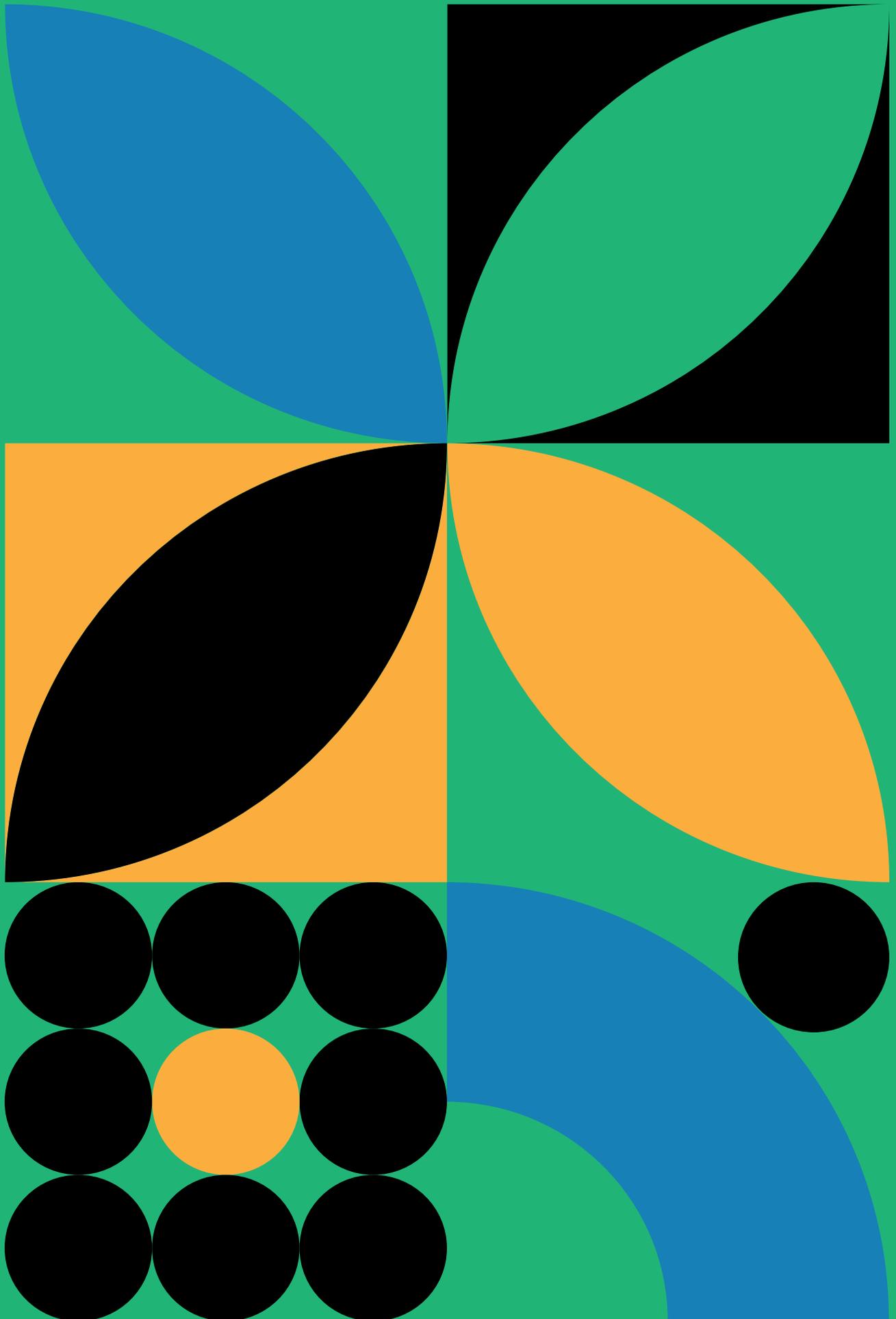
É possível dizer que para fazer avançar a temática dos cuidados digitais no ecossistema dos Direitos Humanos no Brasil hoje é preciso lançar mão de uma abordagem sistêmica e de longo prazo. O que está em jogo é uma mudança de cultura que requer tempo, engajamento, vontade institucional, recursos financeiros sustentáveis, treinamento e suporte técnico continuado, infraestruturas digitais autônomas e conscientização das questões políticas e sociais incorporadas ao uso e desenvolvimento das tecnologias.

⁸ No guia "Digital Security & grantcraft guide – an introductory guide for funders" há uma série de perguntas que podem ajudar a iniciar o diálogo.

06

A comunidade de Cuidados Digitais





Principais achados

- ➔ A demanda por segurança entre as organizações de Direitos Humanos é muito maior do que profissionais, ativistas e grupos que atuam na área conseguem atender. Por isso há uma necessidade urgente de expandir e fortalecer a comunidade de cuidados digitais do Brasil.
- ➔ A comunidade de cuidados digitais no Brasil é, em grande parte, formada por mulheres e LBTs residentes na região sudeste do país, e que não possuem educação formal na área de segurança da informação.
- ➔ Profissionais e ativistas que já atuam com cuidados digitais muitas vezes carecem de conhecimentos técnicos aprofundados, o que limita suas atuações a realização de oficinas de sensibilização ou com conteúdos básicos.
- ➔ A saúde mental é a principal preocupação em relação à segurança de profissionais e ativistas de cuidados digitais no Brasil.
- ➔ Não há, hoje, estabilidade financeira e profissional para aquelas pessoas que se dedicam a trabalhar com cuidados digitais.
- ➔ Profissionais que atuam no mercado de trabalho de TI não se encaixam automaticamente no perfil necessário para o trabalho com organizações e movimentos de Direitos Humanos.
- ➔ O trabalho realizado pela comunidade, e que precisa ser expandido, não é apenas técnico, mas sim de caráter multidisciplinar: mistura conhecimentos técnicos e tecnopolíticos, pedagógicos, psicossociais e legais; além de habilidades de comunicação, articulação, engajamento e construção de confiança.
- ➔ Festivais e criptofestas são espaços comunitários de desenvolvimento profissional. Eles propiciam a troca de experiências, sustentam e renovam os vínculos comunitários, além de atrair novas pessoas para essa área de atuação, impactando na qualidade do trabalho realizado.
- ➔ Nos últimos anos, o financiamento para a área de cuidados digitais no Brasil aumentou, mas são poucos os grupos que conseguem acessá-lo.

A comunidade de cuidados digitais no Brasil hoje é pequena e formada por ativistas e profissionais independentes, e algumas poucas organizações formalizadas. Grande parte das pessoas que compõem a comunidade são mulheres e pessoas LBT residentes da região sudeste do país e que não possuem educação formal na área de segurança da informação. São pessoas que em sua maioria já eram ativistas e que construíram - e seguem construindo - seus conhecimentos de forma comunitária e experimental (aprendem fazendo), e que possuem um perfil multidisciplinar, misturando conhecimentos técnicos e tecnopolíticos, pedagógicos, psicossociais, legais, etc.

Com o aumento da violência no contexto político e social brasileiro, sobretudo a partir de 2018, e a intensa digitalização do trabalho com a chegada da pandemia de Covid-19, a demanda por cuidados digitais aumentou exponencialmente. O aumento da demanda, no entanto, não veio acompanhado de uma expansão da comunidade, o que gerou uma sobrecarga de trabalho e deixou ativistas à beira do burnout. De fato, grande parte das pessoas que contribuíram para a pesquisa apontou a saúde mental como principal preocupação em relação à própria segurança. Outro fator que contribui para esse cenário de sobrecarga é que, apesar da alta demanda, ativistas e profissionais independentes de cuidados digitais não contam com estabilidade financeira e, muitas vezes, precisam se dedicar a diferentes projetos ou trabalhos para se sustentarem. Uma tendência que merece atenção neste contexto é a “migração” de ativistas e profissionais para organizações internacionais da sociedade civil na área de tecnologia (com e sem atuação no Brasil), o que pode, por um lado, contribuir para o fortalecimento das articulações com a comunidade internacional, mas também pode agravar a situação de escassez de profissionais.

O desafio é, então, criar estabilidade para profissionais e ativistas trabalhando com cuidados digitais, para que possam se manter atuando no contexto brasileiro de forma estratégica e com a possibilidade de desenvolver formas criativas para endereçar problemas tecnopolíticos. Além disso, o desafio é também o de atrair novos profissionais para a área.

Pessoas que possuem formação formal e/ou que atuam no mercado de trabalho de TI não se encaixam automaticamente no perfil necessário para o trabalho com organizações e movimentos de Direitos Humanos. Além dos salários nos dois campos serem desproporcionais, o trabalho com justiça social requer uma abordagem diferente da do mundo corporativo. Tão importantes quanto os conhecimentos técnicos são as habilidades interdisciplinares como comunicação, articulação, engajamento e construção de confiança, além da compreensão dos contextos sociais e políticos. Nesse sentido, é mais efetivo atrair para o campo dos cuidados digitais pessoas que já fazem parte de movimentos e das lutas por Direitos Humanos (ainda que não tenham conhecimentos técnicos) do que pessoas que atuam na área de TI no setor corporativo.

Qual é o papel da filantropia?

É necessário investir em espaços de desenvolvimento profissional tanto para novas pessoas que desejam trabalhar com cuidados digitais quanto para pessoas que já fazem parte da comunidade. Profissionais e ativistas que já atuam com cuidados digitais muitas vezes carecem de conhecimentos técnicos aprofundados, o que limita sua atuação à realização de oficinas de sensibilização ou introdutórias sobre cuidados digitais.

Apoiar espaços comunitários de compartilhamento de conhecimento e articulação em redes de afeto e troca - como, por exemplo, **criptofestas**⁹ e “treinamento para treinadoras” (ToT) - é essencial e impacta a qualidade e a segurança do trabalho, além de contribuir para a consolidação de uma comunidade extensa de profissionais e ativistas, multifacetada, e com laços afetivos duradouros. É igualmente importante o apoio a projetos de aprendizagem de longo prazo e espaços formais de aprendizagem técnica, para que profissionais e ativistas de cuidados digitais possam apoiar os grupos de forma sólida e atuar em situações complexas do ponto de vista técnico e de risco.

Fellowships também são ótimas oportunidades para aprendizagem: elas proporcionam amadurecimento e novas perspectivas profissionais, ampliação da rede de contatos, boa remuneração e, em alguns casos, processos mais longos e aprofundados de trabalho. No entanto, precisam ser pensadas a partir do contexto brasileiro e levar em consideração o cenário de evasão de profissionais.

Iniciativas para aproximar e criar relações entre profissionais que atuam nos diferentes aspectos da segurança (física, digital, psicossocial e legal, por exemplo) também são importantes, uma vez que esses conhecimentos são interdependentes, e precisam estar presentes quando se tem como objetivo a proteção e o bem estar de grupos que lutam por Direitos Humanos.

Vale notar que redes e grupos informais enfrentam diversos desafios operacionais na realização de seus trabalhos, como a falta de experiência em gestão de projetos, captação de recursos, escrita de projetos, prestação de contas, etc. Profissionais e ativistas que trabalham nesses grupos precisam se dedicar a estas atividades e aprendê-las por conta própria, o que faz com que percam tempo de dedicação em suas áreas de expertise.

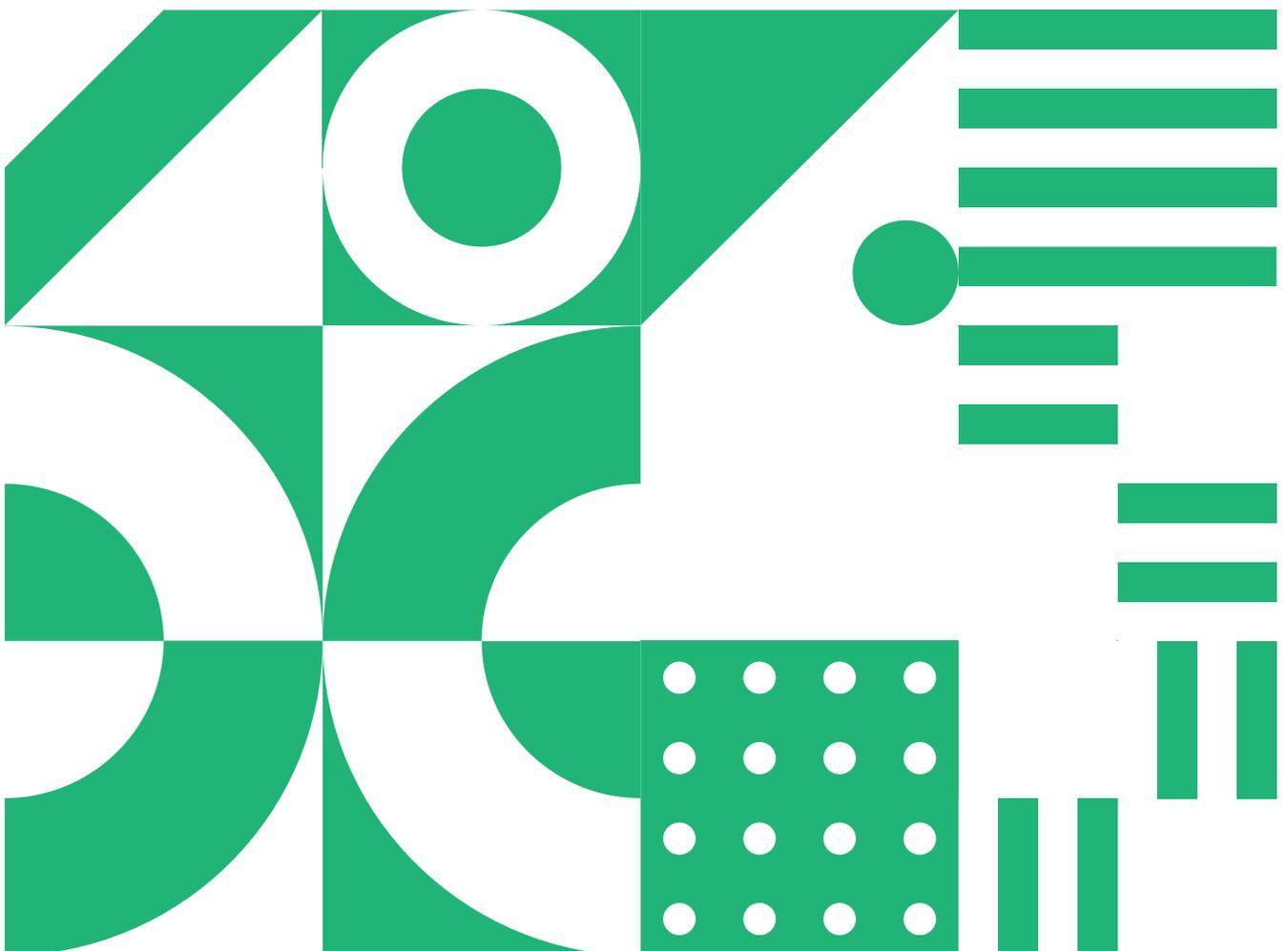
⁹ Exemplos de criptofestas são a Cryptorave (<https://cryptorave.org/>), Criptofunk (<https://criptofunk.org/>), Criptotrem, Criptofesta Recife, e etc.



É preciso que os apoios voltados a esses grupos levem em conta este cenário, e busquem estratégias de sustentabilidade e desenvolvimento operacional.

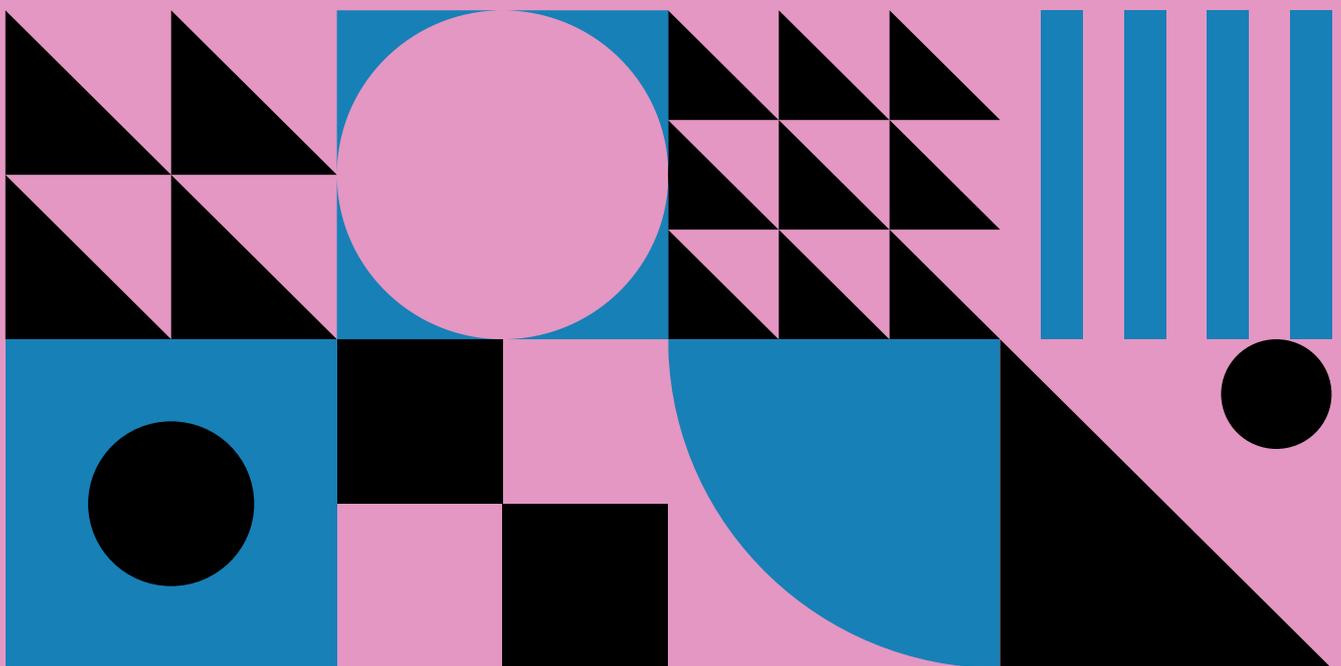
Ainda que, nos últimos anos, o apoio a ações de cuidados digitais tenha crescido no Brasil, esses apoios muitas vezes ficam restritos a grupos formalizados e que atuam majoritariamente na Região Amazônica, que tem recebido atenção crescente da filantropia. A descentralização do apoio e a atenção a grupos informais ou redes se fazem importantes para reduzir a sobrecarga dos atores existentes, diversificar as perspectivas e abordagens utilizadas no trabalho com cuidados digitais, além de alcançar um escopo maior de grupos de Direitos Humanos no Brasil.

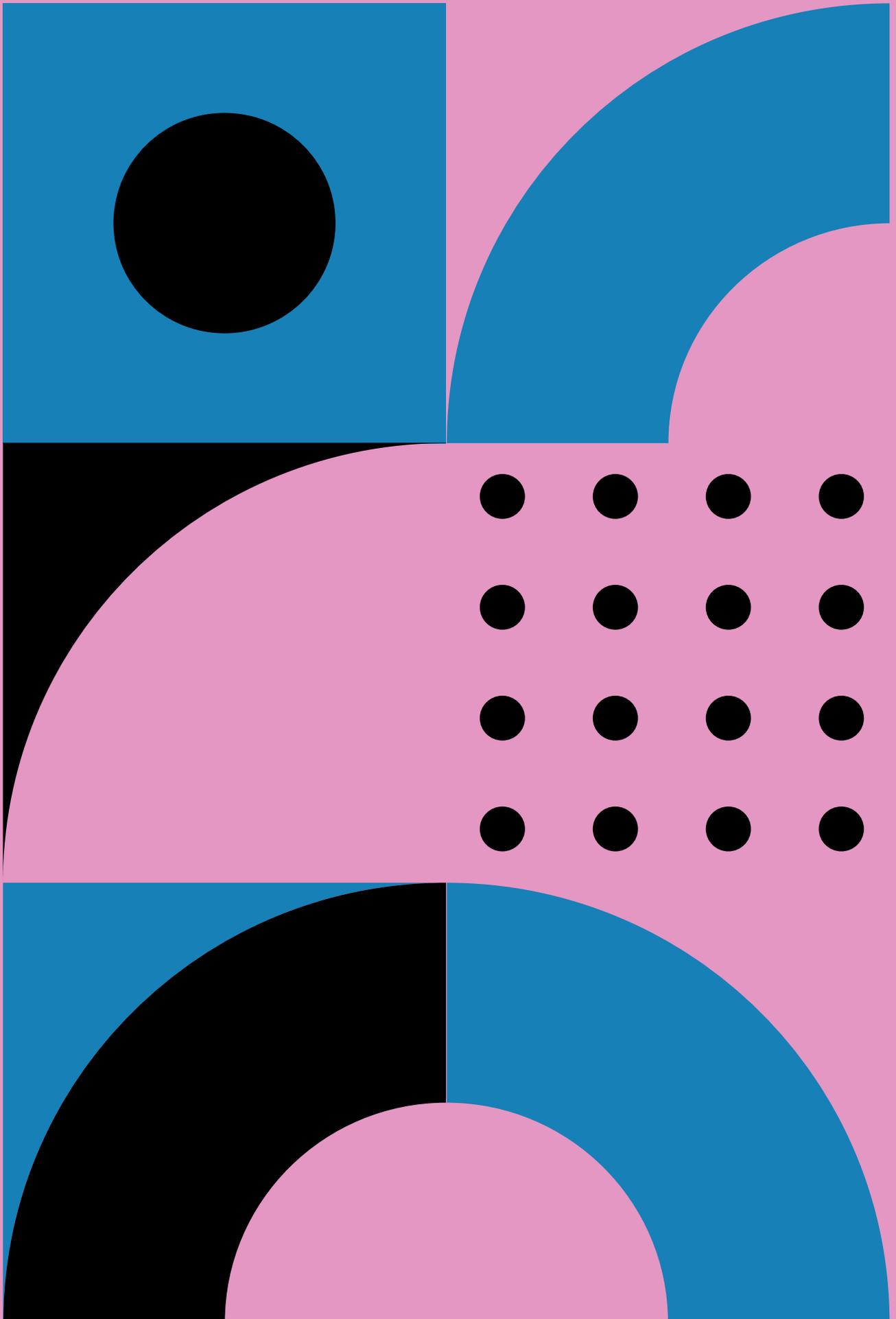
Por fim, para que se possa avançar na consolidação da cultura de cuidados digitais no campo das lutas sociais no Brasil, é preciso que fundos e fundações criem espaços de escuta e criação conjunta de estratégias com a comunidade de cuidados digitais do país, de forma que possam conhecer as reais necessidades do campo e atuar de forma mais assertiva e criativa na resolução de gargalos e na elaboração de possibilidades de futuro.



07

O campo de desenvolvimento de infraestruturas digitais





Principais achados

- ➔ Há uma grande escassez de profissionais ou grupos atuando na construção e disponibilização de serviços de infraestruturas digitais voltadas para organizações e movimentos de DH.
- ➔ O campo de infraestruturas digitais no contexto dos Direitos Humanos é formado por profissionais e ativistas independentes e grupos com diferentes tipos de formalização, como empresas e cooperativas.
- ➔ Falta diversidade de corpos e interseccionalidades entre as pessoas que atuam no campo.
- ➔ Ainda que profissionais e ativistas detenham conhecimentos técnicos avançados, há situações de sobrecarga e/ou precarização. E a migração para projetos internacionais ou para o mercado de trabalho corporativo é uma realidade.
- ➔ Poucas organizações de Direitos Humanos no Brasil estão sensíveis à temática da segurança de dados e buscando infraestruturas digitais autônomas e seguras.
- ➔ À medida que o trabalho com cuidados digitais for fortalecido no contexto dos Direitos Humanos, a demanda por infraestruturas digitais mais seguras aumentará.
- ➔ No Brasil, não há apoio filantrópico sistemático voltado para grupos que disponibilizam serviços de infraestrutura digital para organizações de Direitos Humanos.
- ➔ Não há entre organizações filantrópicas e de Direitos Humanos o entendimento da necessidade de recursos sustentáveis voltados para implementação e manutenção de infraestruturas digitais.
- ➔ Organizações de Direitos Humanos têm implementado suas infraestruturas digitais a partir de recursos de projetos, o que não garante sustentabilidade.
- ➔ Infraestruturas digitais estáveis e longevas são essenciais, mas para que existam é preciso que haja um campo amplo, diverso, com comunidade de trocas e segurança profissional.

Infraestruturas digitais são cada vez mais necessárias frente a uma realidade de crescente digitalização do trabalho - que não retrocederá. Organizações de Direitos Humanos não escapam a essa realidade. Para que possam armazenar e gerir seus documentos e manter fluxos de comunicação com segurança e privacidade, precisam contar com infraestruturas mais autônomas, que não obedeçam à lógica do capitalismo de dados e da vigilância. No cenário brasileiro, ainda são poucas as organizações de DH que estão atentas ao custo político do uso de serviços digitais comerciais e “gratuitos”, e que estejam buscando alternativas. Mas, cada vez mais, a comunidade de cuidados digitais vem trabalhando para jogar luz nessa questão e incentivar as organizações a utilizarem infraestruturas mais seguras. A perspectiva, então, é de crescimento da demanda, ainda mais em um contexto de aumento e complexificação dos ataques digitais.

Ainda que o aumento da demanda exija um passo a mais no sentido da formalização da prestação desses serviços, a escassez de pessoas trabalhando com infraestruturas digitais no Brasil é notável, o que configura um grande obstáculo para o avanço das estratégias de cuidados digitais no contexto dos Direitos Humanos. O campo ainda é bastante pulverizado, formado por poucos profissionais e ativistas independentes e grupos com perfis diversos, como empresas e cooperativas – alguns formalizados há dez anos, outros há poucos meses. Em relação ao perfil das pessoas (organizadas em grupos ou independentes), muitas delas possuem um sólido histórico de atuação política através das tecnologias e de colaboração com o universo do software livre. No entanto, ainda são recentes os esforços de união e consolidação de uma comunidade. Em relação à diversidade, há um grande desequilíbrio no que diz respeito à raça e gênero, sendo a maioria das pessoas homens cis brancos.

Atualmente, as organizações de DH que decidem implementar infraestruturas autônomas e mais seguras se deparam com caminhos que exigem bastante determinação e comprometimento. A construção de infraestruturas digitais requer tempo e financiamento sustentável, além de relação de confiança e trabalho responsável de longo prazo por parte do grupo parceiro ou de profissionais e ativistas. Estas infraestruturas irão acompanhar as organizações de Direitos Humanos ao longo de toda a sua vida e darão sustentação ao seu trabalho e sua memória. São como sedes digitais, que precisam ser cotidianamente cuidadas, mantidas e administradas. Por isso, muitas vezes é necessário o engajamento da equipe da organização de Direitos Humanos na implementação e uso da infraestrutura, incluindo debates sobre a hierarquização do acesso a documentos, a política de gestão de dados, e os trabalhos continuados de cuidados digitais para garantir boas práticas de uso.

O cenário é, então, desafiador. Não só pela escassez de grupos, profissionais e ativistas, mas também pela carência de recursos financeiros – ou, ao menos, de recursos financeiros adequados. Por um lado, não há, dentro da maioria dos fundos e fundações filantrópicas atuantes no Brasil, o entendimento de que é preciso destinar recursos específicos e de longo prazo para que as organizações possam desenvolver e manter suas infraestruturas,



seja através de parcerias com grupos, seja na consolidação de equipes internas de tecnologistas. Por outro lado, também não há no país financiamento sistemático voltado para grupos que disponibilizam infraestruturas digitais para o campo dos Direitos Humanos. Assim, na maior parte das vezes, o recurso vem das próprias organizações de Direitos Humanos, mas são limitados a projetos e não garantem a sustentabilidade das infraestruturas – ainda mais diante de custos anuais que, muitas vezes, estão sujeitos à volatilidade dos câmbios das moedas estrangeiras. Mesmo quando há um investimento inicial, não existem garantias de longo prazo, e há sempre o risco da descontinuidade dos serviços.

A dinâmica atual dos grupos, profissionais e ativistas que atuam no campo também traz desafios. Assim como acontece na comunidade de cuidados digitais, o campo de infraestruturas digitais no contexto dos Direitos Humanos no Brasil não conta com estruturas profissionais sólidas e, entre os grupos ativos hoje, não é raro identificar precarização e acúmulo de funções. Muitas equipes, por exemplo, não contam com pessoas específicas para captação de recursos, planejamento, gestão organizacional e articulação com organizações de Direitos Humanos.

Além disso, a lógica de financiamento por projetos, com seu ciclo intermitente, vulnerabiliza profissionais da área, e faz com que muitas pessoas busquem alternativas corporativas ou passem a trabalhar com iniciativas internacionais, de forma integral ou parcial. Isso é especialmente prejudicial em um contexto em que as tecnologias envolvidas no suprimento de infraestruturas seguras são dinâmicas e demandam das equipes atualização, foco e monitoramento contínuos para garantir proteção.

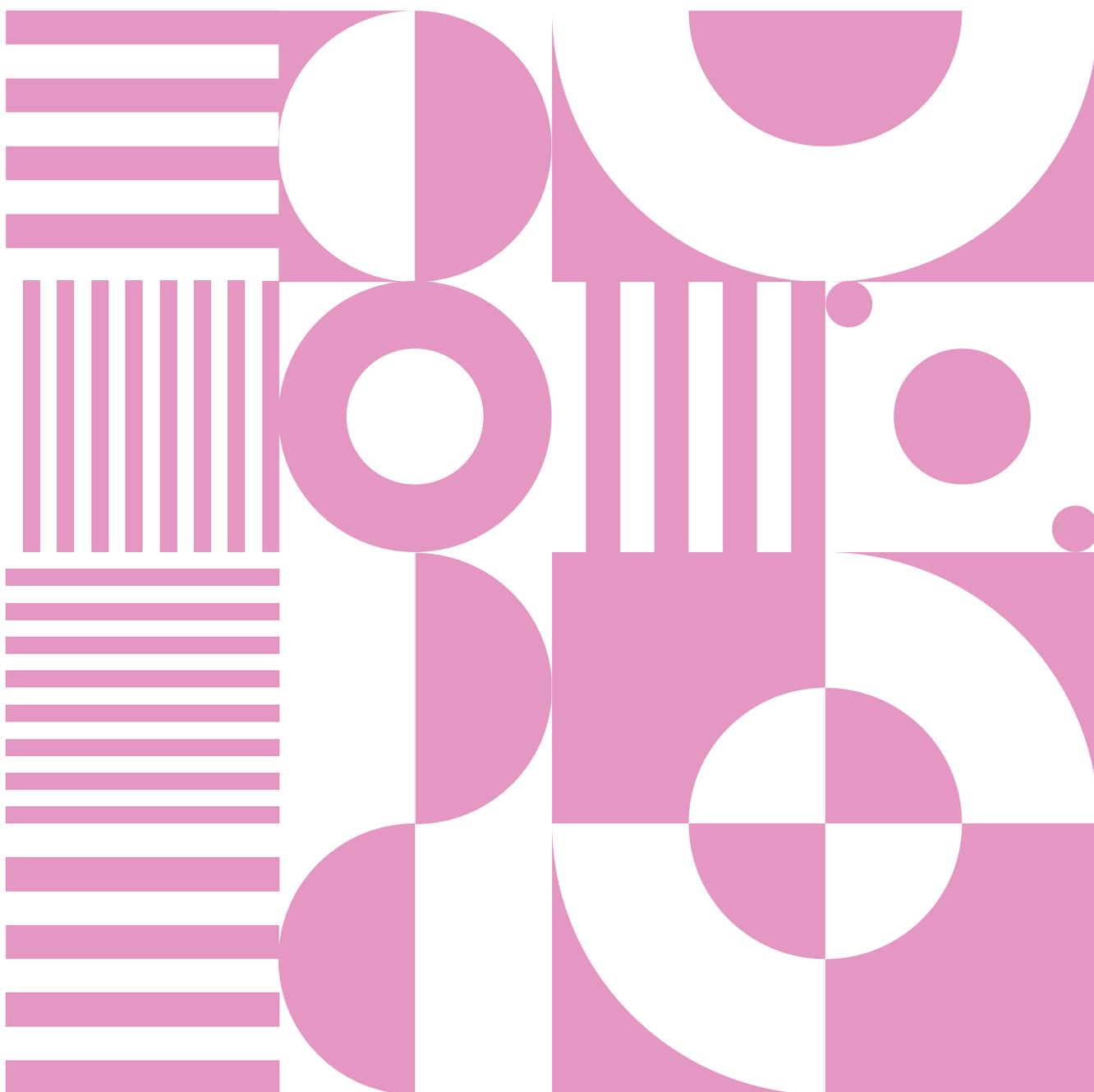
Qual é o papel da filantropia?

No contexto de infraestruturas digitais, a estabilidade é fundamental. Profissionais e grupos que disponibilizam esses serviços precisam garantir a consistência e a longevidade dessas infraestruturas - uma vez que migrar dados de qualquer organização para infraestruturas que podem ser descontinuadas em alguns anos é um risco muito alto. Para tanto, precisam contar com um campo aquecido, amplo, com segurança profissional e com uma comunidade com laços estreitos e que possibilitem a troca de informações e experiências.

Nesse sentido, se faz necessário pensar estruturas de financiamento de longo prazo para que organizações de DH possam manter seus espaços digitais de trabalho de forma sustentável e segura, e engajar cada vez mais suas equipes no cuidado com a gestão e uso desses espaços, possibilitando, inclusive, maior autonomia.

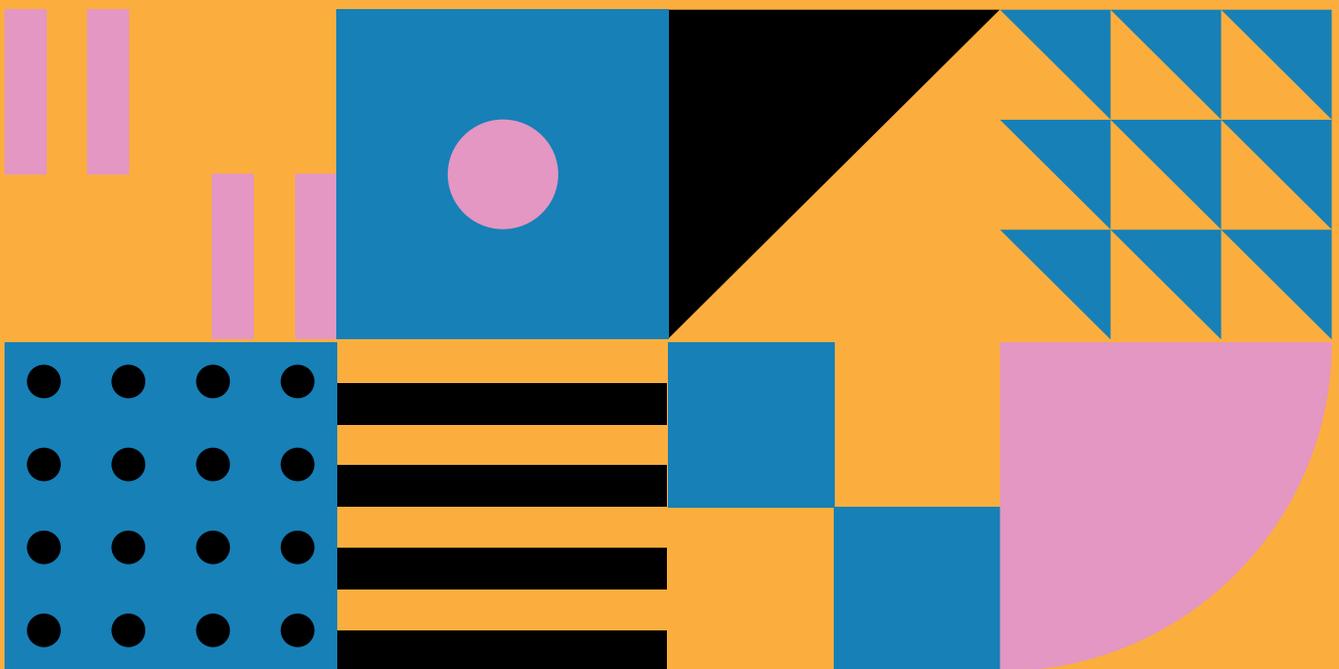
Por outro lado, se faz necessário também garantir financiamento sistemático (e de longo prazo) para os círculos profissionais de infraestrutura digital, possibilitando a expansão do campo, o endereçamento dos desafios operacionais dos grupos, a consolidação de uma comunidade, e o investimento em oportunidades de profissionalização de pessoas negras, LGBTQs, e das mais diversas origens e campos de atuação social.

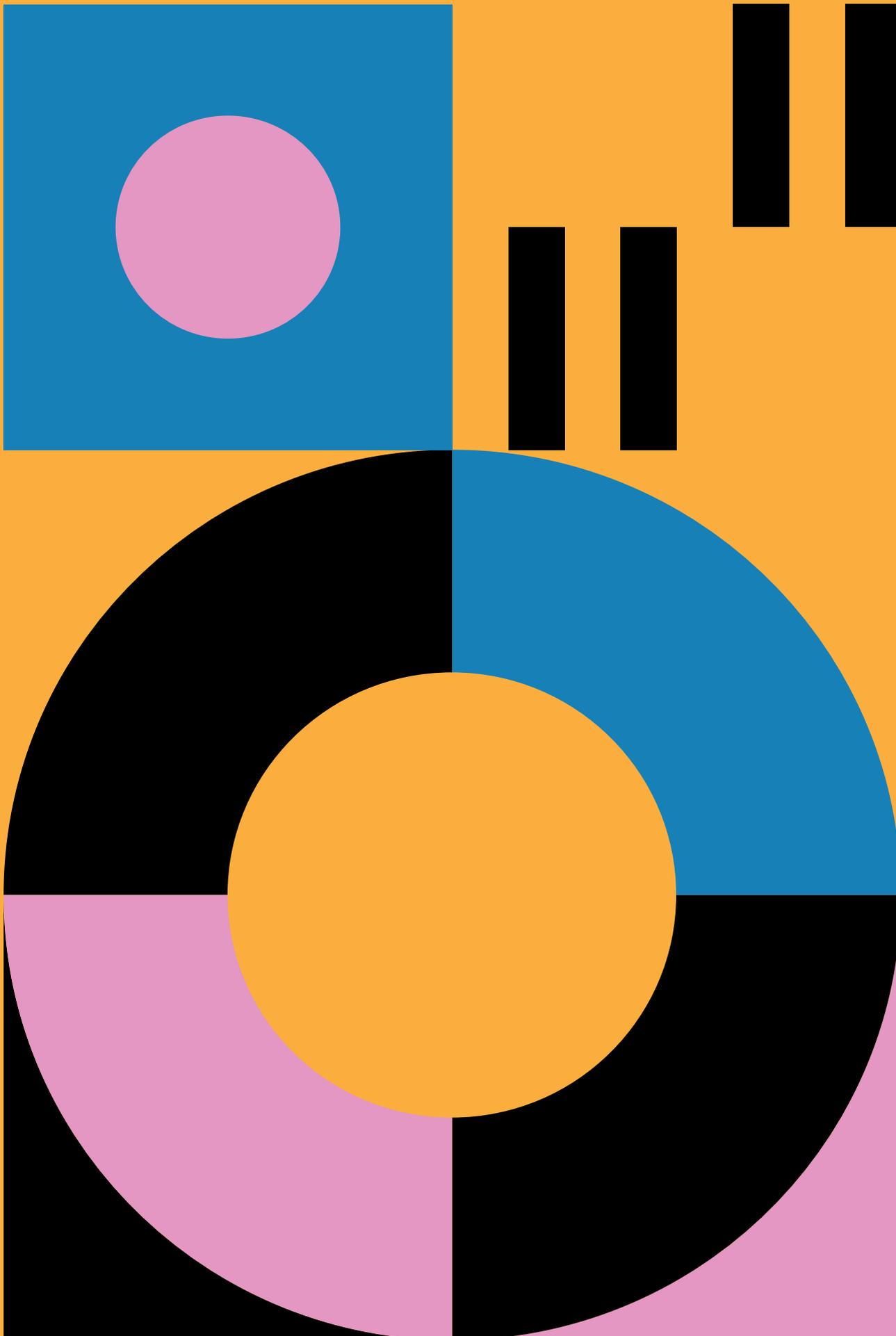
Sem isso, as organizações e movimentos de Direitos Humanos no Brasil não terão alternativas possíveis, e continuarão entregando suas informações às grandes corporações. Para além das questões de segurança, essa possibilidade de escolha diz também sobre as perspectivas de mundo que se deseja defender e construir.



08

Recomendações básicas para filantropia





- ➔ Estabelecer espaços de colaboração e troca sobre o tema entre fundos e fundações filantrópicas, e desenvolver abordagens coordenadas de apoio;
- ➔ Capacitar as equipes de programa para lidar com os desafios na consolidação da cultura de cuidados digitais entre organizações de Direitos Humanos e transversalizar a temática dos cuidados digitais nos diferentes programas;
- ➔ Mapear, referenciar e conectar profissionais e ativistas da área dos cuidados digitais e infraestruturas digitais a organizações de Direitos Humanos;
- ➔ Desenvolver instrumentos para mapear o status dos cuidados digitais das organizações apoiadas e criar mecanismos de apoio financeiros e não financeiros;
- ➔ Priorizar apoios de longo prazo e continuados para que organizações de Direitos Humanos possam transformar suas culturas de cuidados digitais e implementar infraestruturas digitais autônomas, seja através do estabelecimento de parcerias ou através da estruturação de equipes internas de tecnologistas;
- ➔ Encorajar que as organizações de Direitos Humanos busquem formas singularizadas de apoio em cuidados e infraestruturas digitais, que façam sentido com sua identidade, regionalidade e cultura.
- ➔ Estabelecer canais de escuta e articulação com a comunidade de cuidados digitais de forma a construir ações e estratégias conjuntas que possam contribuir para o avanço das práticas no campo dos Direitos Humanos;
- ➔ Construir estratégias de apoio voltadas ao desenvolvimento profissional no campo de cuidados digitais e infraestruturas digitais, como:
 - Apoio a criptofestas e eventos de fortalecimento comunitário;
 - Estruturação de *fellowships* plurianuais para que profissionais e ativistas dos dois campos possam trabalhar em conjunto com organizações de Direitos Humanos;
 - Apoio a atividades de Treinamento de Treinadoras, ou *Training of Trainers* (ToT);
 - Mapeamento e apoio à participação em processos de aprendizagem (nacionais e internacionais) voltados ao conhecimento técnico aprofundado em segurança da informação e administração de sistemas;

- ➔ Apoiar a estruturação e formalização dos grupos, bem como o fortalecimento de suas habilidades operacionais (gestão de projetos, captação de recursos e escrita de projetos, prestação de contas, etc.);
- ➔ Incentivar estratégias voltadas para diversidade, equidade e inclusão (DEI) no apoio a grupos dos campos de cuidados digitais e infraestruturas digitais;
- ➔ Construir estratégias de mapeamento e inserção de novas pessoas no campo dos cuidados digitais e infraestruturas digitais através de parcerias com universidades, iniciativas profissionalizantes na área de tecnologia e sociedade, etc.
- ➔ Adequar e/ou construir métricas e indicadores voltados para o trabalho com cuidados digitais e implementação/manutenção de infraestruturas digitais, de forma a avaliar processos (e não produtos);
- ➔ Apoiar e incentivar iniciativas que aproximem profissionais que atuam em diferentes aspectos da segurança, como segurança digital, física, psicossocial e legal. Nas lutas por justiça social, essas questões precisam ser endereçadas de maneira integrada.

